

REQUERIMENTO Nº 008/2025

Cópia Autêntica

EMENTA: Requer informações ao Prefeito Municipal sobre a possível demolição do pavimento superior da antiga rodoviária, considerando seu impacto estrutural, administrativo e financeiro, bem como a destinação dos serviços públicos atualmente instalados no local e a existência de estudos técnicos que justifiquem a medida.

Considerando que:

1. Há comentários entre funcionários municipais de que a atual administração estaria disposta a demolir o prédio construído no segundo piso da antiga rodoviária, com o intuito de aproximar seus traços arquitetônicos ao projeto original da década de 1950, visando transformá-lo em um atrativo turístico.

2. O tema já foi amplamente discutido em administrações anteriores, inclusive com a participação do Judiciário e do Ministério Público.

3. O piso superior do prédio abriga os setores de Licitação e Jurídico da Prefeitura, dispondo de uma estrutura adequada, com duas salas espaçosas, áreas de recepção, sanitários, copa e cozinha, oferecendo um ambiente seguro e salubre.

4. O prédio já recebeu diversas intervenções e melhorias ao longo do tempo, sendo a mais recente há cerca de 10 anos, com recursos do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo.

5. Essa intervenção incluiu melhorias na lanchonete, sanitários, hall central, baias/estacionamento e a construção de escadas para acesso ao piso superior pela Rua Dr. Pedro de Toledo.

6. A construção do prédio e sua inauguração, em 1954, foram fatos relevantes, sendo que há rumores de que o espaço teria sido a primeira rodoviária do Brasil. No entanto, essa informação é controversa e de difícil comprovação. Pesquisas indicam que Juiz de Fora (MG) teria construído sua rodoviária em 1924 e que Marília (SP) inaugurou a sua em 1938.

7. No passado, outra administração tentou demolir a parte superior da rodoviária, o que resultou no inquérito civil 05/99, no qual o Ministério Público registrou que o CONDEPHAAT não identificou interesse na preservação do prédio de acordo com o projeto original. Além disso, a Faculdade de História de São João da Boa Vista informou que não encontrou registros ou fotografias sobre o assunto.

8. O Ministério Público apontou que a construção do pavimento superior não destoava dos traços arquitetônicos da parte inferior.

9. O MP também destacou que os traços arquitetônicos já haviam sido modificados em 1970, com a construção de banheiros cujas paredes externas foram feitas em curvas na lateral do prédio (face Rua Pedro de Toledo).

10. O MP concluiu que não há elementos que justifiquem a restauração do prédio ao seu estado original, pois: • O projeto original não foi localizado. • Isso exigiria obras que afetariam não apenas o segundo pavimento, mas toda a estrutura do prédio, já que o piso térreo também foi alterado para incluir formas curvas.

11. Desde sua construção, o prédio passou por diversas intervenções, sendo a primeira em 1970, com a adição dos banheiros. Atualmente, o local tem uso múltiplo, abrigando: • Lanchonete • Área coberta para permanência de passageiros de transporte da saúde, vans, ônibus de excursão, táxis e aplicativos • Sanitários públicos • Banca de jornais e revistas • Setores administrativos da Prefeitura no piso superior. Estima-se que cerca de 400 pessoas passem pelo local diariamente nos dias úteis.

12. A estrutura da administração municipal cresceu ao longo dos anos e necessita de espaços adequados para seus departamentos. Atualmente, a Prefeitura arca com custos de aluguel para: • Conselho Tutelar • Secretaria de Desenvolvimento Social (prédio do asilo) • FUSSOM (prédio da AAC) • Sede do Batalhão da Polícia Militar • Almoxarifado da Educação • UBS Várzea O que comprova a necessidade de prédios próprios.

13. Diversos prédios e espaços públicos estão há muito tempo sem manutenção e apresentam condições precárias, incluindo: • Casa da Cultura • Aquário Municipal (reformado, mas sem peixes) • Fonte luminosa e sonora • Banheiros da Praça da Matriz • Ginásios de esportes da cidade e de Barrânia • Praça dos Remédios (canchas de bocha e malha) • Centro de Convivência do Idoso no Redentor • Diversas praças, parques e academias ao ar livre • Creches e escolas da cidade e de Barrânia • EMEB Dr. Cândido Lobo • EMEI Prof. Dirce Bazzilli • CEAM – Centro de Atendimento à Saúde da Mulher • Rodoviária nova

14. Há problemas críticos que exigem soluções urgentes, como: • Falta de água • Falta de tratamento de esgoto • Enchentes em diversos pontos da cidade • Coleta de resíduos inadequada • Necessidade de investimentos na saúde e na educação • Estradas rurais em péssimo estado • Frota de máquinas e veículos pesados sucateada • Malha urbana deteriorada e cheia de buracos

15. A municipalidade enfrenta dificuldades financeiras, com o orçamento comprometido e possibilidade real de queda na arrecadação.

16. Repasses governamentais, emendas e parcerias estão cada vez mais escassos e dependem de projetos bem fundamentados e necessários.

17. A administração municipal tem o dever de zelar pela correta e objetiva aplicação dos recursos públicos, priorizando o interesse da população com transparência, razoabilidade e legalidade. Além disso, a principal função do vereador é fiscalizar o trabalho do Executivo municipal.

18. Diante de todos os pontos expostos, causa estranheza que a Prefeitura pretenda demolir um prédio em boas condições de uso enquanto há demandas muito mais urgentes, o que pode configurar mau uso dos recursos públicos.

Diante do exposto, requeremos as seguintes informações ao Sr. Prefeito:

1. Existe projeto em andamento ou concluído que indique os custos de demolição e readequação do que restará do prédio, além dos custos com a realocação das repartições públicas e demais serviços atualmente no local?

2. A municipalidade possui recursos próprios para essa iniciativa? Caso contrário, há alguma emenda parlamentar autorizada ou termo de parceria com os governos federal ou estadual?

3. Caso a iniciativa tenha finalidade turística, o tema foi discutido e deliberado pelo Conselho Municipal de Turismo?

4. A Prefeitura dispõe de algum laudo técnico que justifique a necessidade de demolição da parte superior do prédio?

5. Para quais locais serão transferidos os serviços hoje existentes na rodoviária antiga?

6. Quais os valores gastos mensalmente com aluguéis dos prédios citados no item 12 deste documento?

7. Com relação aos problemas citados nos itens 13 e 14, a Prefeitura já adotou alguma providência, visto que são questões de extrema importância para a população?

Sem mais para o momento, manifestamos nossos protestos de estima e consideração.

Sala de Sessões, em 24 de março de 2025

A) VEREADOR RICHARD SILVA FERFOGLIA MAGUIM

V I S T O :

David Antônio Teixeira Júnior

Presidente